

## O. Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e Populações Extrativistas

A descrição dos aspectos que caracterizam as populações indígenas e extrativistas, que ocupam o território composto na atualidade pelos municípios da Área de Influência da atividade, vem em atendimento ao item constante no Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/09 do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental para a Atividade de Perfuração Marítima nos Blocos BM-PAMA-16 e BM-PAMA-17, na Bacia Pará-Maranhão.

Visto que as espoliações e extermínios dos povos tradicionais e étnicos no país terem sido feitos quase sem registros e documentação, para o entendimento da história de um povo ou de uma comunidade, não basta considerar somente os registros oficiais da ocorrência dos fatos históricos. Outras fontes devem ser levadas em conta para que se alcance um grau mais acurado de confiabilidade da reconstituição histórica. Assim, a história de qualquer localidade do território brasileiro é parcial quando considerada somente a participação, enquanto agente da história, do elemento europeu, ou indígena, por intermédio do colonizador.

Considerando o exposto, a construção deste capítulo utilizou bibliografias fundamentais para compreensão do tema na Área de Influência (Cunha, 1992; Farias, 1997; Monteiro, 1994; Oliveira, 2008), assim como dados das instituições oficiais competentes (ICMBio, FUNAI, FUNASA), organizações representativas (Apoime, Copice e outras) e organizações de estudo e apoio aos grupos em análise (CIMI; CDPH, ISA e outras). Cabe ressaltar que, sobretudo, as Universidades Federais do Pará, do Ceará e do Maranhão contam com inúmeros estudos que incidem sobre o interesse deste capítulo.

Os dados serão apresentados a seguir, respeitando as especificidades das categorias exigidas pelo TR. Deste modo, serão apresentadas primeiramente as populações indígenas e posteriormente as populações extrativistas que, por sua vez, enquanto categoria fundamentada em atividades produtivas, poderá eventualmente estar associada a uma identidade étnica – comumente indígena ou quilombola.

### a) Caracterização das Etnias Indígenas

Inegavelmente, a história dos índios no Brasil é marcada por um intenso processo de lutas contra a dominação, espoliação e extermínio, assim como de resistências às diversas tentativas de negação de suas identidades e culturas. Outras afirmativas sobre o histórico dos povos

índigenas no país esbarram nas inúmeras lacunas das fontes oficiais por ignorarem o papel do índio na história nacional, a partir de uma visão que omite ou atribui aos silvícolas um papel secundário, ou relegando a estes um papel de vítima passiva no processo histórico de ocupação territorial. O elemento indígena, embora omitido, tem grande participação no processo histórico de formação da sociedade e multiculturalidade brasileira.

O conhecimento histórico disponível trata de um passado recente e evidencia novas unidades e culturas, cujas homogeneidades estão fundadas, em parte, no compartilhamento de trajetórias. Paradoxalmente a esta porção da história, tem-se o fracionamento étnico. Neste sentido, Cunha (1992:12) defende a idéia das unidades sociais que conhecemos hoje serem resultado de um processo de atomização e de reagrupamentos de grupos linguisticamente diversos em unidades ao mesmo tempo culturalmente semelhantes e etnicamente diversas.

No Norte do país, quando se iniciou a expansão colonial, a partir do século XVII, o litoral desta região era ocupado por diferentes povos indígenas, destacando os Tupinambá e suas subdivisões. O processo de colonização contou com missionários, colonos e autoridades da Coroa portuguesa, expandindo fronteiras e assegurando limites, usando para isto o estabelecimento de aldeamentos e a formação de núcleos de colonização. O imenso Estado do Maranhão foi então dividido em capitânicas, tanto real quanto particulares. A capitania do Caeté, na atual divisão geopolítica incorporada ao Estado do Pará, ficou para Gaspar de Sousa – governador do Brasil, que prestara bons serviços à conquista do Maranhão.

O primeiro registro sobre a região do Caeté data de 08 de julho de 1613, período da expulsão dos franceses do Estado do Maranhão (Oliveira, 2008). Outro registro sobre a região data da fundação do Forte do Presépio, no ano de 1616, quando o alferes Pedro Teixeira foi incumbido de abrir um caminho terrestre da vila de Belém do Grão-Pará para a vila de São Luis, para levar a notícia da fundação da vila do Pará. O alferes, ao descrever o empreendimento, relatou que passando pelo rio Caeté, enfrentou índios ferozes e os reduziu à obediência. (Pereira, 1967:47 *apud* Oliveira, 2008).

Após a criação da vila de Souza do Caeté, posteriormente nomeada de Bragança, ocorreu a fundação do aldeamento de São João Baptista – com índios tupinambá e padres jesuítas. No período subsequente, foi deflagrada uma série de graves conflitos, como o ocorrido em 1741, quando dois padres da Companhia de Jesus foram expulsos da missão, segundo informações, em consequência destes não terem conseguido os índios para os interesses das autoridades da vila e de seus moradores.

Entre as atividades dos índios naquele período histórico cita-se: trabalhos nas fazendas, nas casas na vila, nas salinas, nos pesqueiros, nos engenhos, como remeiros nas expedições de descimentos de escravos indígenas.

Em 1753, a Vila de Souza do Caeté passou a ser denominada Vila de Bragança. No processo de “re-ordenamento territorial”, implantado naquele período, foram construídas vilas ao lado das aldeias indígenas, antecipando as regras que viriam a ser estabelecidas no Diretório dos índios (lei de 1755 que dispunha sobre os aldeamentos indígenas do Estado do Grão-Pará e Maranhão), agindo para a assimilação indígena no projeto de “homogeneização” da população.

A Vila de Bragança foi elevada à categoria de cidade e sede do município com a denominação de Bragança, pela lei provincial nº 252, de 02-10-1854, sendo anos mais tarde, em 29-12-1961, desmembrado do município de Bragança os distritos de Emboraí, Itapixuna e Urumajó, para formar o novo município com a denominação de Augusto Corrêa, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 2460/61 (IBGE).

Sabe-se que na Amazônia Legal, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte oeste do Maranhão, vive atualmente cerca de 60% da população indígena brasileira.

Quanto aos silvícolas do Nordeste, estes foram reduzidos, principalmente, com o avanço das fazendas de gado do branco colonizador e com a ação dos missionários católicos, grandes responsáveis pela destruição da cultura e do modo de vida indígena. Confundidos com a sociedade envolvente, os índios desta região foram dados por extintos e hoje apresentam características identitárias específicas e diferentes de outras regiões do país.

No Maranhão, os silvícolas dividem-se em dois troncos lingüísticos: o Macro Gê, ao qual pertencem com destaque os índios Canela e os Timbira, e o tronco Tupi, ao qual pertencem os Tenetehara, subdivididos em Guajajara e Tembé, os Urubu-Kaapor e os Guajá (Casa De Nhozinho, 2009).

Os Guajajaras vivem em oito áreas situadas nos municípios de Barra do Corda, Grajaú, Amarante e Bom Jardim. O artesanato é de grande importância para esse povo por se constituir numa atividade de subsistência. Eles produzem materiais como cestos de talas de buriti, de guarimã e palha de coco babaçu. Confeccionam tipiti, quibano, balaio, urupema, paneiro e esteira. Na tecelagem, confeccionam manιά e tipóia, feitas de linha de algodão.

Conhecidos por Tembé, esses índios Tenetehara, a partir do século XIX, migraram da região do Pindaré em direção aos rios Guamá, Capim e Alto Gurupi, entre o Maranhão e o Pará. Os Tembé dividem-se em dois grupos: do lado paraense, Tembé do Guamá e do lado maranhense, Tembé do Gurupi, que habitam, atualmente, a Área Indígena Alto Turiaçu.

Sobrevivem basicamente da caça, pesca e do trabalho na roça. Eles utilizam a taipa e o ubim na construção de suas casas e a plumária na confecção de peças artesanais. Os Tembé também são canoieiros.

Os Urubu-Kaapor, cujo nome significa “moradores da mata”, chegaram ao Maranhão vindos do Pará, refugiando-se dos extratores florestais, à margem direita do rio Gurupi (lado maranhense), na segunda metade do século passado. Este povo expressa habilidade na arte plumária, combinando cores harmoniosas de diferentes tipos de aves na confecção de brincos, braceletes e adornos de várias espécies para utilização diária e nos dias festivos.

Os Timbira habitavam os campos do sul do Maranhão até o século XIX. Hoje, estão representados pelos grupos Gavião, Krikati, Canela Rankokamekrá e Canela Apaniekrá.

Os Canela estão divididos em duas áreas indígenas localizadas nas chapadas do município de Barra do Corda. Os Canela Rankokamekrá vivem na aldeia do Ponto, na Área Indígena Kanela e os Apaniekrá, vivem na Área Indígena Porquinhos. As aldeias dos Canela têm forma circular, uma característica peculiar desse povo que possui como uma de suas principais atividades, o artesanato, em função da escassez da caça. Eles produzem belos exemplares de cestos, redes de tucum, colares, arcos, flechas e saiotos.

Localizados no município de Amarante, os Gavião têm no artesanato um importante aspecto de sua cultura. Com embiras de tucum ou buriti confeccionam cestos, esteiras e colares. São exímios tecelões, especialmente na confecção de enfeites, com destaque para o “hã hi”, espécie de faixa utilizada durante as festas. A pintura corporal feita para os rituais, com a combinação das cores vermelha, do urucu, e preta azulada, do jenipapo, é uma outra característica desse povo.

Os Krikati habitam uma área situada no município de Montes Altos, ao sul do Maranhão. O artesanato está entre suas principais atividades econômicas, com a utilização de materiais como embira, tala de buriti e de guarimã, palha de coco, tucum e sementes, dentre outros. Esses materiais, encontrados na região onde habitam, permitem a confecção de grande variedade de produtos como pacarás, urupemas, cestos de tamanhos diversos, colares e esteiras. Uma peculiaridade do artesanato dos Krikati é a utilização de formas geométricas na decoração das peças e na pintura corporal, esta feita com tinta de urucum e jenipapo. Os Krikati também costumam se enfeitar de penas de aves coladas na pele.

No que concerne ao Estado do Ceará, permanecem as mesmas dúvidas históricas que para as demais regiões do país e a certeza de ter havido um grande genocídio das etnias nativas. De acordo com o projeto de assimilação indígena à “nação” brasileira, ocorre, em 9 de outubro de 1863, durante o governo de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, a aprovação de um decreto na Assembléia Provincial do Ceará declarando extintos os índios no Ceará e, conseqüentemente

invalidando qualquer auto-afirmação de identidade indígena, mantendo na invisibilidade os índios do Estado.

Segundo o historiador Carlos Studart Filho (1963), os grupos nativos foram aglutinados em cinco grupos, conforme as línguas faladas por eles: Tupis, Cariris, Tremembés, Tarairius e Jês. Os Tupis cearenses estavam representados basicamente por duas grandes nações, a dos Tabajaras (parentes dos Tupiniquins) e a dos Potiguares (próximos dos Tupinambás), inimigas radicais. Os Tabajaras, provavelmente vindos da Bahia, habitavam a Serra da Ibiapaba. Guerreiros valorosos e, segundo alguns pesquisadores, antropófagos, chegaram a dominar outras tribos, como a dos Tucurijus, e ofereceram feroz resistência à penetração do conquistador. Os Potiguares, originários do Rio Grande do Norte, de onde foram expulsos pelos colonizadores, localizavam-se principalmente no Baixo Jaguaribe e em alguns pontos ao longo do litoral.

Relacionados ao grupo Cariri, que ocupava áreas dispersas entre os rios São Francisco (BA) e Parnaíba (PI), encontravam-se as nações dos *Inhamuns* (habitantes dos sertões, de igual nome, e aldeados por frades carmelitas em São Mateus, atual Jucás), dos *Cariús* (localizados, principalmente, na Serra do Pereiro e nas terras compreendidas entre os rios Cariús e Bastões, aldeados na missão do Miranda, atual Crato), dos *Cariris* propriamente ditos (viveres no extremo sul da capitania e aldeados na Missão Velha) e *Cratéús* (que se localizavam na bacia superior do rio Poti).

Dentre as nações de Tarairiu, destacaram-se os *Janduins* (habitantes originais do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, com incursões pelas terras do Baixo Jaguaribe), os *Canindés* e os *Jenipapos* habitantes das Margens dos rios Banabuiú, Quixeramobim e cabeceiras dos Cariús. Havia, ainda, aguerridos *Baiacus*, também chamados de Paiaacus ou Pacajus, os *Arariús*, os *Quixelôs* e os *Tacarijus* ou Tucurijus.

Do grupo Jê, ao que parece, nas terras do Ceará, apenas habitavam os *Aruás* em área próxima ao rio Jaguaribe.

Os índios Tremembés ocupavam uma faixa litorânea da baía de São Jorge, no Maranhão, às margens do rio Curu, tendo sido aldeados pelos jesuítas na Missão de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, hoje município de Itarema.

Os índios jamais aceitaram passivamente o processo de dominação do homem branco, impondo resistências e travando diversas batalhas para garantir seu modo de vida e sua liberdade. Uma das maiores resistências indígenas no Brasil deu-se com a chamada "Guerra dos Bárbaros" ou "Confederação dos Cariris", que durou cerca de 30 anos (1683 - 1713), na qual nativos do Rio Grande do Norte e principalmente do Ceará, e alguns de Pernambuco, Piauí e Parnaíba se uniram em uma confederação para enfrentar o conquistador branco. No século

seguinte, em 1835, eclodiu novo grande conflito envolvendo os silvícolas: a Cabanagem na Amazônia, principal insurreição nativista do Brasil. Os Munduruku e Mawé (rios Tapajós e Madeira) e os Mura (rio Madeira), bem como grupos indígenas do rio Negro, aderiram aos cabanos e só se renderam em 1839.

Após décadas utilizando-se do silêncio como forma de resguardarem-se de perseguições, estereótipos e preconceitos diversos, os povos indígenas decidiram, no início dos anos de 1980, assumir uma nova forma de resistência: a afirmação de sua identidade indígena, desafiando a história oficial que afirmava não haver mais índios no Ceará e dando continuidade à luta de seus ancestrais por terra, reconhecimento étnico-cultural e dignidade.

Segundo a Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (Copice) hoje há no Estado 12 etnias nativas, em diferentes estágios de identificação e organização: Tapeba (Caucaia), Tremembé (Acará, Itarema e Itapipoca), Pitaguary (Maracanaú e Pacatuba), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Kanindé (Canindé e Aratuba), Potiguara (Tamboril, Crateús, Monsenhor Tabosa e Novo Oriente), Tabajara (Monsenhor Tabosa, Crateús, Tamboril, Poranga e Quiteranópolis), Kalabaça (Crateús e Poranga), Kariri (Crateús), Anacé (São Gonçalo do Amarante e Caucaia), Gavião (Monsenhor Tabosa) e Tubiba-Tapuia (Monsenhor Tabosa).

O número de povos e comunidades indígenas no território brasileiro, e inclusive na Área de Influência, pode ser maior na medida em que os processos de auto-reconhecimento continuam a acontecer. Conseqüentemente, o reconhecimento das Terras Indígenas por parte do Estado (identificação, demarcação e titulação) é um capítulo ainda não encerrado da história brasileira. Muitas delas estão demarcadas e contam com registros em cartórios, outras estão em fase de reconhecimento; há, também, áreas indígenas sem nenhuma regularização, conforme é possível observar no Quadro 5.3-52, a seguir.

**Quadro 5.3-52.** Terras Indígenas nos Estados da Área de Influência da Atividade. (continua...)

TERRA INDÍGENA	ETNIA INDÍGENA	MUNICÍPIO
<b>PARÁ</b>		
Aldeia Ororobá	Atikum	Itupiranga
Aldeia Nacipotire	Kreen-Akarôre	Guarantã (MT) e Altamira (PA)
Andira-Marau	Sateré-Mawé	Itaituba, Aveiro/PA
Alto Rio Guama	Tembe, Urubu-Kaapor, Timbira e Guaja	Paragominas, Nova Esperança do Piria e Sta Lucia do Pará
Amanaye	Amanaye	Goianesia do Pará
Anambe	Anambe	Moju

**Quadro 5.3-52.** Terras Indígenas nos Estados da Área de Influência da Atividade. (continua...)

TERRA INDÍGENA	ETNIA INDÍGENA	MUNICÍPIO
<b>PARÁ</b>		
Apyterewa	Parakana	Altamira e São Felix do Xingu
Arara	Arara	Medicilândia, Brasil Novo e Uruara
Arawete Igarape Ipixuna	Arawete	Altamira, Sen. Jose Porfirio e São Felix do Xingu
Badjonkore	Kayapo	Cumaru do Norte, São Felix do Xingu
Baú	Menkranotire	Altamira
Cachoeira Seca	Arara	Altamira, Uruara e Ruropolis
Karaja Santana do Araguaia	Karaja	Santa Maria das Barreiras
Kararao	Kararao	Altamira
Kayabi	Kayaby, Apiaka e Munduruku	Jacareacanga (PA) e Apiacas (MT)
Kayapo	Kayapo	São Felix do Xingu, Ourilandia do Norte, Cumuru do Norte e Tucumã
Koatinemo	Assurini	Senador Jose Porfirio e Altamira
Las Casas	Kayapo	Redenção
Mãe Maria	Gavião	Bom Jesus do Tocantins
Maranduba	Karaja	Santana do Araguaia
Menkragnoti	Menkragnoti	Altamira, São Felix do Xingu, Peixoto de Azevedo e Matupa
Munduruku	Munduruku	Jacareacanga
Nhamunda/Mapuera	Wai Wai e Hixkaryana	Nhamunda, Faro e Oriximina
Nova Jacunda	Guarani MBya	Jacunda
Pacaja	Asurini	Portel
Panara	Panara	Guaranta do Norte e Altamira
Paquicamba	Juruna	Vitória do xingu
Parakana	Parakana	Itupiranga e Novo Repartimento
Parque do Tumucumaque	Apalai, Tiriyo, Wayana	Almeirim, Oriximina, Obidos e Alenquer (PA)
Pimental Sao Luis	Munduruku	Itaituba e Trairão
Praia do Índio	Munduruku	Itaituba
Praia do Mangue	Munduruku	Itaituba
Rio Curua	Curuaya	Altamira
Rio Paru Deste	Apalai e Wayana	Monte Alegre, Almeirim e Alenquer
Sai-Cinza	Munduruku	Jacareacanga
Sororo	Aikewar	Brejo Grande do Araguaia
Suruí	<u>Suruí</u>	São João do Araguaia

**Quadro 5.3-52.** Terras Indígenas nos Estados da Área de Influência da Atividade. (continua...)

TERRA INDÍGENA	ETNIA INDÍGENA	MUNICÍPIO
<b>PARÁ</b>		
Tembe	Tembe	Tome-Acu
Trincheira Bacaja	Xikrim, Arawete, Apyterewa e Assurini	Senador Jose Porfirio, Pacaja e Sao Felix do Xingu
Trocaria	Assurini	Tucuruí
Trombetas Mapuera	Wai-Wai, Karafawyna, Katwena, Kaxuyana, Mawayâna Xeréu	Faro, Oriximiná
Ture/Mariquita	Tembe	Tome-Acu
Ture/Mariquita II	Tembe	Tome-Acu
Xikrin do Rio Catete	Xikrin	Paraupabas e Agua Azul do Norte
Xipaya	Xipaya e Kuruaya	Altamira
Zo'e	Zo'e	Obidos e Alenquer
<b>MARANHÃO</b>		
Alto Turiaçu	Urubu-Kaapor	Turiacu, Moncao, Carutapera e Candido Mendes
Arariboia	Guajajara e Guaja	Amarante, Arame, Bom Jesus da Selva, Burititupu e Santa Luzia
Awa	Guaja	Carutapera, Bom Jardim e Zé Doca
Bacurizinho	Guajajara	Grajaú
Cana Brava Guajajara	Guajajara	Barra do Corda, Grajau, Itaipava do Grajau e Jenipapo dos Vieiras
Caru	Guaja e Guajajara	Bom Jardim
Geralda Toco Preto	Timbira	Itaipava do Grajau e Arame
Governador	Guajajara e Gaviao-Katige	Amarante do Maranhão
Kanela-Buriti Velho	Kanela	Fernando Falcão
Krikati	Krikati e Guajajara	Montes Altos, Amarante do Maranhão e Sitio Novo
Lagoa Comprida	Guajajara	Itaipava do Grajaú e Jenipapo dos Vieiras
Morro Branco	Guajajara	Grajaú
Porquinhos-Aldeia Chinela	Kanela	Fernando Falcão
Rio Pindare	Guajajara	Bom Jardim
Rodeador	Guajajara	Barra do Corda
Urucu/Jurua	Guajajara	Grajaú
Vila Real	Guajajara	Barra do Corda
<b>CEARÁ</b>		
Calabassa	Kalabassa	Poranga
São José do Capim-açú	Tremembé	Itarema



**Quadro 5.3-52.** Terras Indígenas nos Estados da Área de Influência da Atividade. (continuação)

TERRA INDÍGENA	ETNIA INDÍGENA	MUNICÍPIO
<b>CEARÁ</b>		
Lagoa da Encantada	Jenipapo-Kanindé	Aquiraz
Monte Nebo	Potiguara	Crateús
Pituary	Pituary	Maracanau e Pacatuba
Sao Jose do Buriti	Tremembé	Mandau
Tabajara	Tabajara	Viçosa
Tapeba	Tapeba	Caucaia
Tremembé de Almofala	Tremembé	Itarema

Fonte: Fundação Nacional do Índio. Disponível em: [http://www.funai.gov.br/mapas/fr\\_mapa\\_fundiario.htm](http://www.funai.gov.br/mapas/fr_mapa_fundiario.htm). Acessado em Junho de 2009.

Legenda:

Povos na Área de Influência

Observa-se que na Área de Influência, oficialmente reconhecidos, encontra-se o povo indígena Tremembé, que segundo registros históricos ocupa a região Norte desde o século XVII. Atualmente no Ceará, os Tremembé vivem nos municípios de Itarema, Acaraú e Itapipoca, sendo o cacique Luis Manuel do Nascimento (Luis Caboclo) líder das aproximadamente 700 famílias e 4.820 pessoas. A seguir, na Figura 5.3-46, observa-se a localização dos Tremembé no Ceará. As terras indígenas do Tremembé do Ceará estão localizadas também no Mapa de Sensibilidade (5.4.2-13), localizado no item 5.4.

Os Tremembé vivem da caça, pesca e agricultura. Segundo o antropólogo Gerson Júnior (2006), os recursos marinhos são importantes para a sobrevivência dos Tremembé, que dividem o espaço marítimo em “Mar de Terra”, “Mar de Fora” e “Lá Forão”, respectivamente do mais próximo ao mais distante da praia.

A depredação do ecossistema marinho, bem como dos mangues no litoral, seja pela exploração inadequada dos recursos ou ocupação por terceiros, vem provocando acelerada degradação ambiental e diminuição das áreas de terra e mar utilizadas pelos indígenas. Este fenômeno acarreta a redução dos peixes, principalmente, no “Mar de Terra”.

A degradação ambiental e a escassez de peixes tornam as viagens de pesca, feitas com pequenas e frágeis embarcações, mais desgastantes levando os pescadores Tremembé a se aventurarem no “Mar de Fora”, onde se tornam presas fáceis para os barcos motorizados e ficam mais expostos à fragilidade das pequenas embarcações, sujeitas a naufrágio pelas ondas, fortes ventos e tempestades; ou mesmo à calmaria completa, impossibilitando o retorno à praia.

Há longo prazo os impactos negativos podem atingir a tradição da pesca artesanal marítima junto ao grupo, ameaçando sua continuidade, uma vez que se constituem como potenciais fatores de desistência desta prática produtiva.

O artesanato é outra atividade produtiva disseminada entre os Tremembé. Com as conchas e búzios fazem adornos para o corpo, como pulseiras e colares, e com palha fazem chapéus, bolsas, urus e outros utensílios. A tecelagem, feitas pelas mulheres, também configura como uma importante atividade entre estes indígenas, cuja produção abastece a própria população com artefatos essenciais (roupas, redes e artes de pesca). Em 2005 foi inaugurado o Centro de Artes de Tremembé, formado apenas por jovens, que envolve grupos de tecelagem, cerâmica, pintura e serigrafia.



**Figura 5.3-46.** Localização dos Tremembé no Ceará.

Fonte: Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) in: [http://www.cdph.org.br/noticias/arq/n13\\_povosindigenas\\_ceara.html](http://www.cdph.org.br/noticias/arq/n13_povosindigenas_ceara.html). Acessado em Julho de 2009.

De acordo com a publicação “Povos indígenas no Ceará: organização, memória e luta”, do Centro de Dragão do Mar de Arte e Cultura (*apud Vieira et al.*, 2007), devido à ação dos colonizadores, os Tremembé tiveram seu território reduzido a “4 léguas em quadra”. As terras onde se localiza Almofala, entre os rios Aracati Mirim e Aracati-Açú, no município de Itarema, foram doadas através da Carta Régia do Governo Português (1697), cujo objetivo era a fixação e redução do território deste povo. O *Livro de Registros de Terras da Freguesia de Barra do Acaraú*, de 1855 a 1857, inclui 22 registros de títulos de terras (legalmente inquestionáveis) para os índios de Almofala e uma légua em quadra para sua residência e subsistência.

A situação fundiária dessas Terras Indígenas (TIs) encontra-se em etapas diferenciadas de regulamentação, estando as TIs Córrego João Pereira e Telhas, já regularizadas pela Funai, em estágios mais avançados. A TI Almofala, sua área mais conhecida, foi delimitada e identificada oficialmente e as TIs Queimadas, São José e Buriti contam com estudos preliminares, realizados por grupo de trabalho da Funai, em 2003/2004. A TI Comondongo é a única delas que aguarda o início dos estudos. Estas informações podem ser observadas no Quadro 5.3-53, a seguir.

**Quadro 5.3-53.** Localização dos Tremembé na Área de Influência da Atividade. (continua...)

TERRA INDÍGENA	COMUNIDADES
<b>MUNICÍPIO DE ACARAU</b>	
Telhas	Telhas
Queimadas	Queimadas
<b>MUNICÍPIO DE ITAREMA</b>	
Almofala	Barro Vermelho
	Lameirão
	Pana
	Praia
	Camboa da Lama
	Mangue Alto
	Aningas do Mulato
	Cabeça de Boi
	Passagem Rasa
	Curral do Peixe
	Urubu
Boa Vista	

**Quadro 5.3-53.** Localização dos Tremembé na Área de Influência da Atividade. (continuação)

TERRA INDÍGENA	COMUNIDADES
<b>MUNICÍPIO DE ITAREMA</b>	
Varjota	Tapera
	Batedeira
	Praia do Caboré
	Camondongo
Córrego João Pereira	São José
	Capim Açú
	Cajazeira
<b>MUNICÍPIO DE ITAPIOCA</b>	
São José	São José
Buriti	Buriti

Fonte: Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) in: [http://www.cdph.org.br/noticias/arq/n13\\_povosindigenas\\_ceara.html](http://www.cdph.org.br/noticias/arq/n13_povosindigenas_ceara.html). Acessado em Julho de 2009.

A organização política CITA, Conselho Indígena Tremembé de Almofala, reivindica junto à Justiça Federal a posse da terra que pertencia ao antigo aldeamento, que equivale a 4.900 ha e que em 1992 havia sido delimitada pelo governo brasileiro. Essas terras, porém, foram invadidas por posseiros e empresas. Compartilham da mesma origem dos Tremembé de Almofala aqueles localizados no Córrego João Pereira, Queimadas, São José e Buriti. Nas figuras a seguir se verifica a participação dos índios Tremembé de Almofala em oficinas sobre Direito.



**Figura 5.3-47.** Índios Tremembé de Almofala participando do Módulo de Formação em Direitos.

Fonte: <http://www.observatorioindigena.ufc.br>



**Figura 5.3-48.** Índios Tremembé de Almofala participando do Módulo de Formação em Direitos.

Fonte: <http://www.observatorioindigena.ufc.br>

Em termos de organização política os Tremembé estão articulados em esferas locais, regionais e nacionais com organizações indígenas e indigenistas que os apóiam na luta pela garantia de sua autonomia identitária, política e acesso aos direitos garantidos em lei. A seguir, apresenta-se a relação das organizações indígenas e indigenistas identificadas com atuação, real ou potencial, na Área de Influência da Atividade (Quadro 5.3-54):

**Quadro 5.3-54.** Organizações Indígenas e Indigenistas com atuações reais ou potenciais na Área de Influência da Atividade no Ceará. (continua...)

ORGANIZAÇÃO	FORMAÇÃO	FONTE
<b>NACIONAL</b>		
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	Indígena	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. In: <a href="http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/eventos/do_cs_eventos/release_coletiva_Acampamento_Terra_Livre_2009.pdf">http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/eventos/do_cs_eventos/release_coletiva_Acampamento_Terra_Livre_2009.pdf</a> Acessado em Julho de 2009.
Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne)	Indígena	
Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI)	Indigenista	Associação Nacional de Ação Indigenista in: <a href="http://www.anai.org.br/">http://www.anai.org.br/</a> . Acessado em Julho de 2009.
Instituto das Tradições Indígenas (IDETI)	Indígena	Instituto das Tradições Indígenas. in: <a href="http://www.ideti.org.br/">www.ideti.org.br/</a> Acessado em Julho de 2009.

**Quadro 5.3-54.** Organizações Indígenas e Indigenistas com atuações reais ou potenciais na Área de Influência da Atividade no Ceará. (continuação)

ORGANIZAÇÃO	FORMAÇÃO	FONTE
<b>NACIONAL</b>		
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Indigenista	Conselho Indigenista Missionário in: <a href="http://www.cimi.org.br/">www.cimi.org.br/</a> Acessado em Julho de 2009.
Instituto Sócioambiental (ISA)	Indigenista	Instituto Sócioambiental in: <a href="http://www.socioambiental.org/">www.socioambiental.org/</a> Acessado em Julho de 2009.
Comissão pró-índio (CPI)	Indigenista	Comissão Pró-índio in: <a href="http://www.cpisp.org.br/">http://www.cpisp.org.br/</a> Acessado em Julho de 2009.
<b>CEARÁ</b>		
Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (Copice)	Indígena	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) in: <a href="http://www.cdpdh.org.br/noticias/arq/n13_povosindigenas_ceara.html">http://www.cdpdh.org.br/noticias/arq/n13_povosindigenas_ceara.html</a> . Acessado em Julho de 2009.
Associação de Mulheres Indígenas do Ceará (Amice)	Indígena	
<b>ITAREMA</b>		
Conselho Indígena Tremembé de Almofala (CITA)	Indígena	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) in: <a href="http://www.cdpdh.org.br/noticias/arq/n13_povosindigenas_ceara.html">http://www.cdpdh.org.br/noticias/arq/n13_povosindigenas_ceara.html</a> . Acessado em Julho de 2009.
Associação Missão Tremembé	Indígena	
<b>ACARAÚ</b>		
Sociedade Indígena Tremembé Córrego João Pereira (SITCJP)	Indígena	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) in: <a href="http://www.cdpdh.org.br/noticias/arq/n13_povosindigenas_ceara.html">http://www.cdpdh.org.br/noticias/arq/n13_povosindigenas_ceara.html</a> . Acessado em Julho de 2009.

As figuras a seguir mostram o encontro dos povos indígenas do Ceará reunidos na Aldeia Buriti, dos Tremembé de Itapioca.



**Figura 5.3-49.** Índios do Ceará reunidos na Aldeia Buriti para a XIII Assembléia dos povos indígenas do Ceará, organizada pela APOINME, COPICE e AMICE.

Fonte: <http://www.observatorioindigena.ufc.br>.



**Figura 5.3-50.** Índios do Ceará reunidos na Aldeia Buriti para a XIII Assembléia dos povos indígenas do Ceará, organizada pela APOINME, COPICE e AMICE.

Fonte: <http://www.observatorioindigena.ufc.br>.

Cabe ressaltar que, mesmo sob a sujeição de uma condição de “caboclos”, “descendentes”, este povo manteve elementos próprios a sua cultura, como sinais diacríticos, destacando-os da sociedade envolvente.

## b) Caracterização das Populações Extrativistas

O extrativismo configura-se como a prática de extração de recursos da natureza, podendo ser vegetal, animal ou mineral. Consequentemente, atribui-se a expressão população extrativista à toda aquela coletividade cuja prática do extrativismo representa importância tanto produtiva, quanto reprodutiva, uma vez que atribui elementos à identidade do grupo social que a pratica.

Tratando-se de uma categoria integrante do conceito de “Populações Tradicionais”, suas práticas são exercidas com um cuidado para com a continuidade do recurso explorado. Para estas populações, o extrativismo deve ser sinônimo de sustentabilidade, de um modelo de desenvolvimento que considera os aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais de sua coletividade.

Na Área de Influência da Atividade, mais especificamente nos estados do Pará e Maranhão, é considerável a quantidade de Reservas Extrativistas já criadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMBio), como apresentado no item 5.2, subitem A.

Foram identificadas na Área de Influência populações extrativistas cujo elemento base de sua atividade é de origem mineral (areia); outros, cujo elemento são de origem vegetal e silvicultura (buriti, pupunha, açaí, castanha de caju, cocos, madeiras e outros) e aqueles de origem animal, com destaque para a pesca e coleta de mariscos e crustáceos. Esta se mantém como a mais forte expressão extrativista na Área de Influência, havendo, na chamada região do Salgado (litoral paraense), diversas RESEXs Marinhas interligadas, organizadas em consonância com a configuração sócio-política estadual.

Essas populações, quando organizadas, estão situadas em níveis locais por associações, especialmente a de usuários das RESEX e, em nível federal, ligadas ao Conselho Nacional de Populações Extrativistas.